

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Orçamento,
Finanças e Administração Pública,
Dr. Eduardo Cabrita

Lisboa, 27 de Abril de 2015

EXCELENÇA,

A Associação para a Contratação Pública Eletrónica (ACPE) tem como missão dinamizar o sector da Contratação Pública e potenciá-lo como um motor da economia nacional. A ACPE tem como objectivo promover a excelência e satisfazer os legítimos interesses de todos os stakeholders promovendo o seu crescimento sustentado, assumindo por isso uma preocupação natural e empenho em contribuir para a concretização do melhor regime jurídico possível da contratação pública eletrónica, cujo processo de revisão está em curso.

A ACPE é composta por um conjunto de associados individuais e colectivos entre eles, professores universitários, advogados, operadores de plataformas eletrónicas, operadores económicos, entidades contratantes entre outras.

A ACPE tem vindo a colaborar com as entidades públicas responsáveis pela elaboração da nova regulamentação para este sector e anseia que a nova legislação possa satisfazer os legítimos interesses de todos os stakeholders envolvidos, dotando o mercado de plataformas eletrónicas de contratação pública com as melhores condições de estimulante concorrência, isto num quadro de rigor e transparência alinhado com as directivas comunitárias sobre a matéria.

A ACPE pretende, acima de tudo, que a reformulação da legislação em preparação para o sector permita a Portugal retirar o máximo proveito da contratação eletrónica, nomeadamente através do corte da despesa pública que ela assegura – tão importante na complexa situação económica e financeira do País –, contribuindo ainda para significativos ganhos de eficiência e rentabilidade de todo o tecido empresarial português.

**ACPE – Associação para a
Contratação Pública Electrónica**
Avenida da Liberdade nº 136, 5º Piso
1250-146 Lisboa

No passado dia 16 de Abril a proposta de Lei “Novo Regime Jurídico das Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública” foi aprovada em Conselho de Ministros. Embora a proposta de Lei tenha sofrido alterações, ainda assim, consideramos que não consagra as necessidades do sector e do respectivo mercado nomeadamente a sustentabilidade financeira.

Neste contexto, gostaríamos de solicitar o agendamento de uma audiência com a Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, com o objectivo de abordar as preocupações referentes ao Novo Regime Jurídico das Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública. Entre os principais pontos que gostaríamos de abordar destacamos:

- Aumento de Custos para as Entidades Adjudicantes
- Aumento de Custos para os Operadores Económicos
- Monopólio
- Potencial Apagão Técnico
- Limitações à Inovação
- Aumento dos processos de litigância

Ficando a aguardar com expectativa uma resposta breve ao nosso pedido,
Subscrevemos com os melhores cumprimentos,



Pedro Vaz Paulo
Presidente da Associação para a Contratação Pública Electrónica